



THAÍS ROCHA FERNANDES MARINHO

AIKEWARAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Orientador: Mateus Gamba Torres

BRASÍLIA, DF

2019

THAÍS ROCHA FERNANDES MARINHO

AIKEWARAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História como requisito parcial
à obtenção do título Licenciada em História.

Professor-Orientador Drº: Mateus Gamba Torres

BRASÍLIA/ DF
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

MARINHO. Thaís Rocha Fernandes. *AIKEWARAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA*. Universidade de Brasília/DF. 2019

47 Páginas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História como requisito parcial à obtenção do título Licenciada em História.

Professor-Orientador Dr^o: Mateus Gamba Torres

THAÍS ROCHA FERNANDES MARINHO

AIKEWARAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História como requisito parcial
à obtenção do título Licenciada em História.

Aprovada em: _____

Orientador Profº Drº: Mateus Gamba Torres/UNB

Profª. Aline Nóbrega de Oliveira/SEEDF

Profº Drº José Inaldo Chaves Júnior/UNB

BRASILIA
2019

Dedico aos meus pais, companheiros nessa jornada, aos Aikewara, que tiveram suas liberdades suprimidas durante a Ditadura Militar e mesmo assim resistem ao contar sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Mariana Rocha e Ivan Marinho, os quais me ajudaram a trilhar essa trajetória, sempre me incentivando a buscar na educação um caminho. Sou muito grata pela oportunidade a mim concedida de estar na Universidade. Além disso, a minha tia Sônia Marinho, a qual nunca deixou de acreditar no meu potencial, mesmo quando eu já não acreditava.

Ao meu orientador Mateus Gamba Torres, por me incentivar a insistir na minha pesquisa, mesmo nos momentos de incerteza. Por ter se feito presente para ouvir meus problemas e questionamentos com relação ao trabalho e a vida.

As minhas amigas de longa data, Ianna, Gabi, Yasmin, Thalyana, Mari e Luh, as quais sempre estiveram presentes para ouvir minhas crises e minhas conquistas ao longo do curso. Ter vocês ao meu lado durante todos esses anos me faz transbordar de alegria.

Aos que conheci durante meu tempo na UnB, Bia, Gabriel B., Flávia, Jéssica, Andressa, e tantos outros, que levarei e serei grata para sempre. Ao Eric, por ter estado ao meu lado durante esse processo de escrita e sempre insistir para que não desistisse. Todas as experiências que tive ao lado dessas pessoas me fizeram ser melhor.

Aproveito para agradecer Andrea Ewerton e Bárbara Marinho e Rita Porto, por terem me auxiliado na reta final e me fornecido a energia para completar este trabalho.

Sem todos vocês não teria sido possível, e por isso agradeço.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como as forças nacionais não se limitaram a combater os guerrilheiros de esquerda que lutaram contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Para tal intento fizemos um levantamento documental nos processos da Comissão de Anistia e no relatório feito pelos Antropólogos Iara Ferraz e Orlando Calheiros, acerca da participação dos *Aikewaras* (também conhecidos como Suruís) na Guerrilha do Araguaia. Seguimos para um levantamento bibliográfico sobre história oral, história do tempo presente, e os temas relativos à Ditadura e Guerrilha do Araguaia. A principal descoberta nessa pesquisa foi perceber que não apenas guerrilheiros foram perseguidos pelo Estado. A perseguição e punição de indígenas estão comprovadas e documentadas pela Comissão da Anistia, que concedeu aos *Aikewaras* a condição de anistiados políticos, tendo sido indenizados. Contudo as marcas impostas ainda estão na memória desse povo.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; *Aikewara*; Comissão de Anistia; Memória.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze how national forces did not merely combat leftist guerrillas who fought the civil-military dictatorship (1964-1985). For this purpose we made a documentary survey in the processes of the Amnesty Commission and in the report made by the Anthropologists Iara Ferraz and Orlando Calheiros, about the participation of *Aikewaras* (also known as Suruí) in the Guerrilha do Araguaia. We proceed to a bibliographical survey about oral history, history of the present time, and themes related to the Araguaia Dictatorship and Guerrilla. The main finding in this research was to realize that not only guerrillas were persecuted by the state. The persecution and punishment of indigenous people is proven and documented by the Amnesty Commission, which granted *Aikewaras* political amnesty status and was compensated. However the imposed marks are still in the memory of these people.

Keywords: Araguaia Guerrilla; Aikewara; Amnesty Commission; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sawara'a durante ritual

23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA — Comissão de Anistia

CNV — Comissão Nacional da Verdade

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	11
<u>CAPÍTULO 1. GUERRILHA DO ARAGUAIA</u>	18
<u>1.1. Guerrilha do Araguaia no contexto da Ditadura Militar</u>	18
<u>1.2. Contexto Histórico da Guerrilha do Araguaia</u>	20
<u>1.3. Aikewaras: Sujeitos da Pesquisa</u>	23
<u>1.4. Processos</u>	25
<u>CAPÍTULO 2. AIKEWARA: AS MARCAS DA GUERRILHA</u>	28
<u>2.1. Memória do Povo Aikewara</u>	29
<u>2.2. Reparação Concedida pela Comissão de Anistia</u>	37
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	41
<u>FONTES</u>	44
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	45

INTRODUÇÃO

A última ditadura brasileira foi o fruto de contradições fundamentais que vieram à tona e acabaram por desestabilizar por completo o regime democrático. Esse processo de desestabilização percorreu um longo caminho, findando em abril de 1964, quando as forças armadas deram por encerrado o governo do então presidente João Goulart. A partir deste momento, tem início a Ditadura Civil-Militar que durou até 1985. Maria Helena Moreira Alves se refere a esse processo da seguinte forma “Contradições fundamentais vieram à tona, confrontos entre grupos que fazem reivindicações e ao não as atender o conflito permanece latente. Ao longo do tempo, a permanência dessas contradições acaba levando à frustração” (1985, p. 23).

A retirada de João Goulart da presidência não traz estabilidade, mas demarca o início de um dos períodos mais conturbados da história brasileira. A Ditadura Militar é vista, por grande parte das pessoas, como acontecimento traumático para o Brasil, haja vista que deixou marcas profundas de medo, desconfiança e a incerteza. Isso se deu pelas atrocidades cometidas na defesa do Estado Brasileiro de uma suposta ameaça comunista e a oposição à esquerda (ALVES, 1985).

Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional teve um papel protagonista como justificativa para a limitação das liberdades individuais e da repressão ocorrida no período, sendo definida por Maria Helena como “(...) um instrumento ideológico das classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo amplamente explorador de desenvolvimento dependente.” (ALVES, 1985, p. 23)

Essa ideologia irá relacionar o comunismo como uma ameaça direta, inaugurando o imaginário de que deveria, portanto, ser combatido a todo custo, e com a Guerrilha do Araguaia ocorre o mesmo.

A Guerrilha do Araguaia foi um conflito ocorrido entre os anos de 1971 e 1975, na região do Araguaia, assim denominada por se localizar às margens do rio Araguaia, o qual compreende a região da divisa dos estados do Goiás, Maranhão e Pará.¹ Tratou-se do combate

¹ O conflito entre os militares e os guerrilheiros se deu, nos municípios de Araguatins e Xambioá, no Estado do Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará. (BARBOSA, 2016).

entre o exército e os guerrilheiros do PCdoB, os quais tinham uma orientação política ampla e de massas sempre mescladas com a orientação militarista (CARVALHO, 2004. p.527). Segundo Sales, essa combinação da luta armada com a “linha de massas” emerge em razão das lições dadas pelo golpe, descritas por ele como:

[...] comprovação da inviabilidade do caminho pacífico. Outra, a de que o principal inimigo do nosso povo era o imperialismo norte-americano. A terceira lição era a de que a direção do movimento democrático e anti-imperialista não deveria ficar nas mãos da burguesia e sim nas mãos do proletariado. A quarta lição era a de que os camponeses deveriam ser a principal base das forças revolucionárias. A última seria a viabilidade de uma “ampla frente única democrática e anti-imperialista” como instrumento de luta. (SALES, 2000, p. 40).

Para Jacob Gorender (1987), se antes havia certa hesitação pela escolha da luta armada, após o golpe essa estratégia se materializou e a Guerrilha do Araguaia foi fruto dessas escolhas. Por se localizar no centro do Brasil, esse movimento foi amplamente combatido, como é possível verificar através das campanhas de buscas aos guerrilheiros, bem como da montagem das bases militares (sendo a Base de Bacaba a mais conhecida).

A presente monografia terá como objetivo analisar como as forças nacionais não se limitaram a combater os guerrilheiros. Ou seja, será estudado como a população da região foi afetada pelo conflito, dando visibilidade aos esquecidos e marginalizados pela história. Nesse prisma, cabe pontuar que os relatos indígenas foram os escolhidos devidos, sobretudo, pela pouca visibilidade dada ao tema. Sendo assim, outro objetivo do trabalho será o de narrar a história dos habitantes dessa região, os quais foram duramente atingidos pela presença dos militares. Os índios presentes na região Araguaia, são os Suruí, também conhecidos como Aikewara.²

Este trabalho surgiu a partir do contato com os relatos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), na qual há uma parte destinada apenas para os Suruí, e eles mesmos contaram sua história em um relatório entregue à CNV em Brasília no dia 13 de maio de 2014. Ou seja, ainda é muito recente o processo de quebra do silêncio que se criou na época da Guerrilha.³ Cabe destacar o fato de o povo Suruí ter sido responsável pela criação da primeira Comissão da Verdade indígena do Brasil.

O contato dos indígenas com os militares ocorre de forma turbulenta e segue da mesma forma até o fim da guerrilha. Ao chegar à comunidade indígena, os militares acabaram

² Povo Tupi-Guarani, localizado no sul do Pará. Único grupo indígena a conseguir reparação a partir da Comissão de Anistia.

³ É possível ter acesso ao relatório completo no site da Comissão Nacional da Verdade.

por criar uma base ali mesmo, fato que cerceou a liberdade dos moradores da região. A constante presença dos militares foi responsável por gerar diversos empecilhos no cotidiano dos *Aikewara* durante a guerrilha.

Os homens foram recrutados para servir de mateiros⁴ e, por isso, acabavam deixando sua aldeia em situação vulnerável; ademais, o trabalho era forçado e diversas violações dos Direitos Humanos ocorreram durante o período. No decorrer deste trabalho, será descrito de forma mais completa como se deu o contato entre os militares e indígenas, a partir dos relatos presentes nos processos da Comissão de Anistia (CA), os quais serão a base desse trabalho de reconstrução da memória da Guerrilha do Araguaia e da experiência indígena na mesma.

No caso das mulheres, as violências podem, muitas vezes, ser categorizadas pelo gênero. À título de ilustração, cumpre elencar abortos espontâneos pelas más condições vividas e a falta de acesso à alimentação. Nesse contexto, não lhes era permitido fazer as atividades diárias, tais como cuidar das plantações, caça, ou até mesmo um banho de rio, sem que fossem supervisionadas.

O trabalho se fundamenta sobre a avaliação de 14 processos da Comissão de Anistia, quais sejam, 2010.01.66630, 2010.01.66632, 2010.01.66634, 2010.01.66636, 2010.01.66637, 2010.01.66653, 2010.01.66654, 2010.01.66655, 2010.01.66656, 2010.01.68123, 2010.01.68196, 2013.01.72873, 2013.01.72875 e 2013.01.72876, os quais foram julgados durante a 10ª sessão da 87ª Caravana da Anistia⁵, realizada em Brasília, no dia 19 de setembro de 2014. Durante a sessão, há a fala dos Suruí *Aikewara* a respeito dos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia.⁶

Os processos se encontram no arquivo da Comissão de Anistia e já passaram pelo processo de digitalização. As análises das violências cometidas contra os indígenas se mostram de extrema importância, principalmente porque não foi limitada ao Araguaia, nem aos indígenas, tampouco aos ditos comunistas e subversivos, todavia, acabou sendo algo generalizado pela manutenção do Estado, com a Doutrina de Segurança Nacional.

Como é pontuado por Maria Helena (1985, p. 38), qualquer indivíduo podia ser uma ameaça. Quando ocorre o golpe, a violência do Estado contra a população se institucionaliza e

⁴ Mateiro era o adjetivo utilizado para descrever os homens, camponeses ou indígenas, que foram compulsoriamente usados de guias dentro das matas. Para auxiliar os militares na captura dos guerrilheiros.

⁵ Série de julgamentos realizados em espaços públicos, criada a partir do projeto “Marcas da Memória” o qual visa trazer um processo de reflexão coletivo sobre os acontecimentos ocorridos durante a Ditadura Militar.

⁶ A sessão na Íntegra está dívida em duas partes e é possível acessá-la no site da FUNAI a partir dos seguintes links <https://tinyurl.com/yy5k9khd>; <https://tinyurl.com/y6tmwwk8>.

qualquer medida, como tortura, prisão e limitação das liberdades, são justificáveis, pelo suposto bem do país. E no clima de histeria criado, no período da Ditadura, fica cada vez mais fácil ultrapassar os limites do que é aceitável.

Como se tratam de processos atuais, eles serão analisados a partir da história do tempo presente e, como são relatos, a história oral também será utilizada para auxiliar na pesquisa desses processos, sendo essencial a obra de Paul Thompson, *A voz do Passado - História Oral*, 1998. A pesquisa se baseará em diversos artigos sobre a história do tempo presente, como o de Carlos Fico, *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*, 2012. Além da obra de Le Goff, *História e Memória*, 1988. Haja vista que a Guerrilha do Araguaia se insere em um contexto maior - a Ditadura Militar -, a bibliografia também será composta por obras que tratem sobre o tema, como *Estado e Oposição (1964-1984)*, 1985, de Maria Helena Alves e a obra de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, 1993.

Para analisar os relatos presentes nos processos, faz-se também imprescindível trazer obras relacionadas aos indígenas na Ditadura e a sua condição diferenciada. Dentro desse conjunto, podemos citar o trabalho de Iara Ferraz no oitavo volume da coleção *Indígena no Brasil*, publicada em 1985, no qual há um capítulo destinado aos Suruí. Nesse ínterim, o mais importante deles é o relatório produzido conjuntamente entre os antropólogos Iara Ferraz, Orlando Calheiros e os próprios membros do povo *Aikewara*. Leva o nome de “O Tempo da Guerra” - *Os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*, 2014. Como é colocado já no início do documento:

[...] resultou do pedido de integrantes da sociedade aikewara de uma investigação documental, bibliográfica e de cunho antropológico, realizada ao longo de 2013, acerca do seu envolvimento forçado com a repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia, posta em prática pelas Forças Armadas na primeira metade da década de 1970. Até aqui, os Aikewara conviveram com o estigma de terem sido “colaboradores” das forças repressivas, imposto pelos familiares dos mortos e desaparecidos, pelos militantes sobreviventes, por pesquisadores, jornalistas, militares, agentes governamentais e, muitas vezes, também pelos regionais, seus vizinhos. (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014, p. 3)

Por esse motivo, o relatório será de importância mister para auxiliar a análise dos processos e, inclusive, comparar as informações contidas nos mesmos. Dois pontos a serem considerados são a escassez de trabalhos relacionados ao tema, mesmo com a multiplicação da bibliografia relacionada a guerrilha do Araguaia e sobre os *Aikewara*. Pouco se fala sobre o envolvimento dos índios na guerrilha e da condição singular do povo *Aikewara*, pois foi o

único grupo indígena a ser apreciado e deferido pela Comissão de Anistia, além do fato de esses 14 processos terem sido deferidos em sessão, como consta nos processos e é pontuado por Iara Ferraz, Orlando Calheiros e Tiapé Surui (2014).

Ademais, serão utilizadas as informações contidas na Comissão Nacional da Verdade (CNV), no que tange ao exame sobre a Guerrilha e os indígenas. Tais informações se encontram no capítulo 14 do relatório final da CNV. Ainda, vale citar a Cartilha da Comissão de Anistia, da qual serão retiradas informações que dizem respeito ao seu funcionamento.

Sendo assim, será possível fazer um estudo acerca dos acontecimentos ocorridos no Araguaia, dando foco para a vida dos indígenas presentes nos processos. Seus relatos serão a base para contar essa história, ainda marginalizada. Isso porque a Guerrilha do Araguaia passou muito tempo não sendo reconhecida nem tampouco estudada a fundo.

Os processos a serem utilizados são referentes a pedidos de anistia e os relatos contidos neles só podem ser acessados mediante concessão da Comissão de Anistia. Esse procedimento ocorre através da assinatura de um termo de responsabilidade e, em disso, o nome dos envolvidos não poderá ser citado. Os nomes presentes no trabalho serão fictícios, dado que se trata de um processo individual e apenas o resultado do julgamento e seu andamento são públicos.

Um dos pontos a se ressaltar é que a maior parte da documentação sobre o ocorrido no Araguaia passou um longo período de tempo sendo restrita e a Comissão de Anistia acaba por ser responsável por auxiliar as vítimas desse processo a se expressarem e finalmente quebrarem o silêncio a respeito dos acontecimentos traumáticos da época. Não somente os episódios relacionados à guerrilha, assim como toda e qualquer situação de exceção pela qual qualquer indivíduo tenha passado no período compreendido pela lei que rege a criação da Comissão de Anistia.

Por esse motivo, um trabalho sobre a preservação da memória concernente a essa época - de caráter conturbado -, se faz imperativo. É importante, portanto, que se reconheça e não deixe tal memória desaparecer. Com esse intuito, em 2001, foi criada a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e no ano de 2002 foi aprovada a Lei Federal nº 10.559⁷, a qual tem por objetivo promover a reparação das violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988 (Cartilha da Comissão de Anistia, 2010). Em aditamento, faz-se necessário

⁷ Brasil, Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

ressaltar que ainda existem pessoas as quais não terão a oportunidade de ter sua história reconhecida e, em razão deste fato, vê-se a necessidade de contar a história desses indígenas, antes que se apague.

Isto posto, é preciso discutir qual o conceito de memória e a melhor forma de preservá-la. Urge, portanto, o impasse sobre como tratar de um fato tão recente na história brasileira, sem se abster e sem cair na armadilha de que

[...] os “dois lados” deveriam ser investigados. É a mesma tese que, na Espanha, é chamada de “equivalência” e, na Argentina, de “dos demônios”, isto é, a violência da repressão comparar-se-ia à violência da esquerda. Por que esse argumento, aparentemente sóbrio, é falso? Há uma resposta formal: às comissões da verdade são criadas para apurar crimes cometidos pelo Estado, não por pessoas. Mais importante, entretanto, é o seguinte: o Estado brasileiro, mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio. Além disso, muitos integrantes da luta armada – ao menos os que sobreviveram – já foram julgados e punidos. (FICO, 2012, p. 49)

Ou seja, a grande questão é acertar na medida entre objetividade e omissão. O foco do trabalho não é encontrar culpados, nem mesmo julgá-los. O que se pretende aqui é, mais uma vez, pontuar que não só os subversivos foram afetados pelos atos de exceção e demonstrar, por meio desses testemunhos, como a vida dos indígenas em questão foi afetada de forma direta pela presença dos militares. Além disso, qual foi o efeito desse acontecimento em suas vidas.

Não se trata de defender as ações do Estado ou dos guerrilheiros e sim colocar, da forma mais objetiva possível, quais foram as heranças deixadas pela atuação de ambos na vida dos moradores da Região. “A Guerrilha do Araguaia foi censurada, as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo, a tortura era negada e ocultada do grande público.” (FICO, Carlos. p. 50).

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo contextualizar o momento pelo qual o Brasil passava e inserir a Guerrilha do Araguaia e a trajetória do PCdoB até esse momento. Intenta-se demonstrar o que se passava com o exército e os guerrilheiros e os motivos que levaram a esse conflito, através da contextualização e descrição deste, com o intuito de angariar uma maior compreensão sobre o ambiente no qual as pessoas estavam inseridas. Dessa forma, será possível compreender de forma mais clara as circunstâncias nas quais os responsáveis pelos relatos aqui analisados se depararam.

Um subcapítulo tratará sobre os *Aikewara* e como eles se inserem nesse contexto, de uma forma mais geral, até chegar no caso específico do Araguaia. Demonstrar que a violência contra eles foi injustificada e cruel. Por fim, pretende-se analisar os relatos, caso por caso,

pretendendo demonstrar a existência da violação de direitos humanos naquela região. Além disso, objetiva-se evidenciar como os relatos utilizados são de indivíduos não relacionados com o movimento guerrilheiro.

A segunda parte terá como objetivo refletir sobre a memória e como esta é construída, além de considerar como a memória está carregada com o discurso de quem conta a história e a necessidade de um sentimento de veracidade

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (MAURICE HALBWACHS, 1985 apud POLAK, 1989.p.3)

Ademais, será demonstrado como a vida desses indígenas foi e ainda é afetada por esse acontecimento, enfatizando a ação do exército contra indivíduos que teoricamente não oferecem nenhum tipo de perigo para a estabilidade do regime implantado. Ou seja, apresentar como a Ditadura não afetou apenas os subversivos e ir contra os discursos que sustentam esse tipo de afirmação.

CAPÍTULO 1. GUERRILHA DO ARAGUAIA

1.1. Guerrilha do Araguaia no contexto da Ditadura Militar

No dia 1 de abril de 1964 tem início a Ditadura civil-militar, fruto de um golpe, contra o até então presidente João Goulart. O golpe foi motivado por uma série de contradições entre diversos grupos, as quais ao não serem resolvidas geraram um grande desequilíbrio no cenário político. (ALVES, 1985) A ditadura se insere no contexto da Guerra Fria – de um lado têm-se os Estados Unidos, com toda sua “glória” capitalista e do outro a União Soviética, trazendo o “demoníaco” comunismo. Contudo, os termos usados para descrever ambos lados, dependem do posicionamento do dono do discurso. Dessa forma, uma apresentação também possível seria: Os Estados Unidos, com seu capitalismo “perverso” e a União Soviética, com seus ideais de “igualdade”.

Independente da análise e do discurso que se adota, o fato é: havia forças bipolares e segundo correntes políticas da época cabia ao Brasil se posicionar. Essa noção de que um posicionamento era necessário, ganhava força pela existência da Doutrina de Segurança Nacional. Maria Helena Alves (1985, p. 33) pontua que a ideologia de segurança nacional irá se relacionar à ideia de ameaça de ação indireta do comunismo e a segurança interna face a isso. No Brasil está relacionada ao desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.

Ademais, uma das explicações adotadas é a de que 1964 demarca a impossibilidade de manter o populismo, modo adotado desde Getúlio Vargas que segundo Gorender (1987) pode ser visto como a associação entre o trabalhismo e o processo de industrialização, contudo, o Brasil já não possuía as condições necessárias para a manutenção do populismo. Colocando de forma mais geral: de um lado temos as reações dos trabalhadores, a sua luta por direitos e do outro temos a burguesia, a qual não concorda com as reformas de base defendidas avidamente por João Goulart no comício do dia 13 de março, conforme Gorender.

Porém as razões para o golpe são mais diversas e Carlos Fico pontua “duas das principais linhas de forças interpretativas sobre as razões do golpe: o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias provindas da esquerda” (2004, p. 35). Para além do que foi pontuado, se faz imperativo retomar os confrontos ideológicos entre a necessidade de reformas de base e a resistência dos conservadores.

Segundo os militares, o golpe vem como uma medida preventiva às organizações de esquerda que visavam a revolução. E neste momento, a Doutrina de Segurança Nacional tem, novamente, um papel fundamental dado que

A ESG traz em seu manual a definição de Guerra Revolucionária, a qual se encontra na categoria de guerra não convencional. Para compreender seu conceito é importante ressaltar que aqui as fronteiras físicas são substituídas pelas fronteiras ideológicas e a ameaça comunista viria pela mobilização da população. Não é declarada e teoricamente é auxiliada por forças externas, isso cria a ideia do inimigo interno, qualquer um pertencente a nação pode ser um subversivo. (ALVES, 1985, p. 38)

E daí viria necessidade da proteção da sociedade contra as esquerdas revolucionárias. Mesmo que nesse momento, as esquerdas não se encontrem alinhadas com um objetivo em comum e que exista grande dificuldade de conciliar as três grandes coordenadas indicadas por Marcelo Ridenti para definir as diferenças entre os grupos de esquerda brasileira. “Elas dizem respeito ao caráter, às formas de luta para se chegar ao poder e ao tipo de organização necessária à revolução”. (2005, p. 32). A princípio, as esquerdas tinham um caráter mais reformista e pouco se discutia acerca de movimentos armados. A partir do ano de 1968, com a implantação do Ato Institucional nº5, as esquerdas brasileiras se colocam de forma mais revolucionária, com a criação das guerrilhas urbanas, faz-se necessário pontuar, que nem todos os movimentos de esquerda assumiram essa postura.

Tendo em vista a dificuldade de organização entre as diversas demandas e as possibilidades de ação existentes ocorrem alguns conflitos entre os partidos de esquerda e até mesmo entre seus membros, o que, no caso do PCdoB, leva à criação de duas alas do mesmo partido. A princípio há certa resistência pela adoção do caminho da luta armada, mas chega-se a um ponto no qual

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais etc. (GORENDER, 1987, p. 79)

Eles buscaram inspiração no modelo de Cuba e da China, alguns membros do PCdoB realizaram treinamento para se prepararem para a guerrilha. Dessa forma, a luta armada, foi feita de diversas formas, em sua maioria, as esquerdas investiram na guerrilha urbana. Para Marcelo Ridenti:

A experiência guerrilheira mais desenvolvida na sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970, a única que realmente merece o título de guerrilha rural, foi a do PCdoB na região do Araguaia, sul do Pará. Desde 1966 o Partido já tinha militantes vivendo na região. A partir de 1967, especialmente depois da promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, foram chegando novos

“moradores” do PCdoB no local, geralmente pessoas muito procuradas nas cidades pela polícia, por vinculação ao movimento estudantil. (2005, p. 225)

O que ambos modelos possuem em comum é a necessidade do apoio das massas para que possa lograr, pois sem esse apoio, a mesma se enfraquece e é combatida com mais facilidade. E o objetivo do PCdoB na região do Araguaia era justamente a de ganhar a confiança dos moradores e se inserir dentro da rotina dos mesmos antes de divulgar os projetos que os levaram até lá. Dessa forma a maior parte da população nem sabia do que se tratava a guerrilha, pois o exército descobre a existência do foco guerrilheiro antes de o trabalho de divulgação dos ideais do mesmo possam ser divulgados e a partir daí se consiga o apoio das massas, pois sem o apoio das massas, o movimento fica fadado ao fracasso.

1.2. Contexto Histórico da Guerrilha do Araguaia

No presente trabalho, o foco será dado à guerrilha rural organizada pelo PCdoB, mais conhecida como Guerrilha do Araguaia. A mesma ocorreu na região sul do Pará, às margens do Rio Araguaia, na qual os membros do partido acreditavam ser o ponto ideal para o início do foco guerrilheiro.

A partir de 1967 dedicou-se à formação desse núcleo, com cautela e sem pressa, [...]. Realizou-se um trabalho sigiloso, ignorado até pelo Comitê Central. Dessa maneira, a direção do PC do B conseguiu resistir ao contágio da precipitação das organizações já engolfadas nas ações armadas, por enquanto somente nas áreas urbanas. (GORENDER, 1987, p.108)

Esse núcleo era composto por menos de oitenta guerrilheiros os quais se estabeleceram na região e criaram laços com os habitantes. A guerrilha foi descoberta e combatida pelo exército antes do previsto, por isso não havia uma grande preparação sobre como agir diante da repressão organizada pelo exército. Além disso a repressão não foi direcionada apenas para os guerrilheiros e a população da região também foi afetada pelas empreitadas em busca dos guerrilheiros, portanto, segundo Maria Helena, “a maior incidência de repressão em larga escala contra população rural desarmada, ocorreu na região do Araguaia.” (1985, p. 161)

Fortalecendo esse argumento, Jacob Gorender pontua que após a descoberta do foco guerrilheiro

A região ficou submetida à ocupação militar-policial e um regime de brutalidade aterrorizante se abateu sobre a população. Os agentes do governo

visavam a não só descobrir colaboradores dos guerrilheiros como deixar bem marcada a punição para quem lhes manifestasse simpatia. (1987, p. 209)

Novamente pode-se notar a presença da Doutrina de Segurança Nacional, a qual legitimava todos os atos repressivos cometidos contra a população da região, desde que fosse para proteger o país da ameaça comunista. Tanto a guerrilha quanto a repressão foram encobertas pelo Estado, e pouco se soube sobre o acontecimento enquanto este ocorria. O motivo apontado tanto por Ridenti como por Gorender é o de que quanto mais encoberta a guerrilha, menos chance de adesão de outros setores da população, “A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como um vício nefando. Deveria ser extirpada, porém de tal maneira a não suscitar imitadores.” (GORENDER, 1987, p. 210)

Assim se sucedeu, a guerrilha foi derrotada e:

[...] não produziu efeitos judiciais e os guerrilheiros mortos em combate nunca tiveram seus corpos encontrados. Mesmo pelos grupos de trabalho criados posteriormente e os quais se dedicaram à busca de restos mortais na região. Documentos oficiais não foram produzidos e apenas a partir de 1978 foi recuperada como fato histórico (GORENDER, 1987, p. 210).

Maria Helena Alves caracteriza a situação do Araguaia a partir do conceito de “cultura do medo: silêncio, devido à censura, isolamento e descrença” (1985, p. 169). Esses fatores criaram um espaço propício para que os agentes do Estado agirem de forma bruta e coerciva contra a população da região, a qual não via nenhum outro tipo de autoridade e se encontrava dentro do conflito.

Com a operação Marajoara, houve a caça aos guerrilheiros, em busca da eliminação de qualquer foco de guerrilha, “O saldo final dessa operação foi a aniquilação total da guerrilha na região: 56 guerrilheiros mortos (cujos corpos ainda se encontram desaparecidos) e mais de duas centenas de camponeses presos sob acusação de constituírem as redes de apoio da guerrilha.” (CNV 2014, vol. 1, p.691)

É de suma importância pontuar o fato de ao mesmo tempo que o Araguaia era a região⁸ ideal para iniciar o foco guerrilheiro, pouco se considerou a respeito de como a presença dos guerrilheiros iria afetar a vida dos habitantes da região. Fossem eles camponeses, indígenas ou qualquer outro grupo. Esse trabalho trata exatamente sobre quais

⁸ cobria os principais municípios e vilarejos do sudeste do Pará, como as proximidades da cidade de Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis, Xambioá e Brejo Grande do Araguaia. (Relatório CNV, cap. 14, p. 685)

foram as consequências do movimento guerrilheiro e da ação do exército para os habitantes originais da região em questão.

Não se trata de tomar partido, defender a ação guerrilheira, acusar o exército e vice-versa. Se trata de esclarecer que além deles, diversas pessoas foram envolvidas neste conflito, de forma voluntária ou não. Na maior parte das vezes as pessoas da região foram apenas vítimas dos conflitos entre guerrilheiros e o exército, mesmo que não participassem do movimento guerrilheiro.

Relatos contidos na Comissão de Anistia comprovam a existência de trabalho forçado imposto pelo exército, assim como torturas e cerceamento de diversos direitos. Como são apenas relatos, não são consideradas como prova substancial e sua veracidade pode ser contestada. Entretanto, os relatos existem e há possibilidade de serem uma representação da realidade pela qual as pessoas da região passaram no período. Para além dos relatos de camponeses, há os relatos dos índios Aikewara, verdadeiro foco do trabalho.

Esses relatos foram julgados, na 87ª Caravana da Anistia, realizada em Brasília, no ano de 2014. Para além disso, há, no capítulo 14, do relatório da Comissão Nacional da Verdade, a temática Guerrilha do Araguaia. Tal capítulo, já inicia versando sobre como o fato foi encoberto e, portanto, o processo de recolher relatos e provas se torna mais complexo, tendo em vista a impossibilidade de assegurar a veracidade dos documentos em alguns momentos.

Os acontecimentos trágicos do episódio que se tornou conhecido como Guerrilha do Araguaia – pela maneira encoberta como se deu o combate das Forças Armadas contra as forças insurgentes e pelo silêncio que se buscou impor sobre o tema – possuem características que dificultam o estabelecimento de uma versão consolidada dos fatos e o esclarecimento circunstanciado das violações de direitos humanos que ali tiveram lugar. (CNV, 2014, vol. 1, p. 680)

Independentemente de como os fatos são narrados, e das diferenças que os permeiam, é inegável que graves violações contra a população foram estabelecidas no Araguaia. Desde a criação de bases, como a de Bacaba, na qual eram torturados e interrogados, como foi apurado pela Comissão da Verdade

No que diz respeito ao Araguaia, era comum que os detidos, além de interrogados no ato da prisão, fossem espancados, furados com baionetas e arrastados pela mata. Geralmente eram levados até pequenas bases criadas em Xambioá e na localidade conhecida como Bacaba, onde eram torturados, fato registrado nos depoimentos dos camponeses presos. (CNV, 2014, vol. 1, p. 694)

Haja vista todos os acontecimentos colocados acima, se faz imperativa a criação de um local de memória para os grupos que por tanto tempo foram marginalizados, o objeto do trabalho são os indígenas que habitavam a região e tiveram quase toda sua liberdade cerceada, além de terem vivenciado um período de terror em sua própria aldeia. Antes de avançar para os modos de violação cometidos contra esse grupo, é importante compreendê-lo.

1.3. *Aikewaras: Sujeitos da Pesquisa*

Figura 1: Sawara'a durante ritual



Fonte: Calheiros, 2014

A foto acima foi tirada por Orlando Calheiros durante o tempo que esteve com os *Aikewara*. Foi tirada durante o mesmo ritual no qual os militares invadiram a aldeia, e Sawara vivenciou o período da Guerrilha. Além disso, a imagem dá rosto aos sujeitos do trabalho.

Os sujeitos principais do presente trabalho são os indígenas *Aikewara*. Eles se encontravam estabelecidos no sul do Pará, em área concomitante à região escolhida pelos membros do PCdoB para dar início ao projeto de guerrilha, por esse motivo acabaram sendo inseridos no conflito. Outra nomeação conhecida para esse grupo é Suruí, em seus

documentos pessoais foram registrados por esse nome. Não obstante a mais adequada é realmente *Aikewara*. Dado que o nome Suruí é apenas a denominação que lhes foi dada, e nem mesmo os próprios sabem de onde surgiu.⁹

A partir do verbete¹⁰ sobre o grupo e o trabalho desenvolvido por Iara Ferraz, é possível ter algumas informações sobre seu modo de vida, os primeiros contatos e o declínio dessa população. O dialeto que utilizam é Tupi-Guarani, contudo, atualmente, devido ao intenso contato, uma grande parte dos *Aikewara* já falam ou compreendem o português. A língua Suruí vem sendo estudada desde 1980. Seu modo de vida também foi extremamente alterado após os contatos “O crescente intercâmbio com a sociedade regional ocasionou mudanças no plano da organização social, quanto às regras matrimoniais, à distribuição e especialização clônicas.” (FERRAZ, 1985, p. 108)

Ocorreram algumas epidemias, as quais acabaram por reduzir o povo a 40 indivíduos. Ademais na década de 1940, há relatos, levantados por Iara Ferraz, de conflitos entre os *Aikewara*, garimpeiros e castanheiros, fator complementar para explicar o declínio de sua população “As mortes que tinham se verificado eram decorrentes de tiroteios de garimpeiros e castanheiros que, na década anterior, começaram a invadir o território *aikewara* e incendiar suas aldeias” (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014, p. 6).

Com isto posto, constata-se a existência de traumas vivenciados pelos *Aikewara* em sua experiência com contato. Ademais, a morte de tantos indivíduos gerou uma grande desorganização cultural e social, a qual permitiu a chegada de pessoas com interesses duvidosos, os quais conquistaram a confiança desse povo, até a chegada de frei Gil.

Frei Gil foi uma figura importante para os *Aikewara*, antes de sua chegada, eles se deparavam constantemente com a ação de castanheiros e grileiros, os quais se utilizavam dos indígenas e de sua localização. Como o grupo se encontrava extremamente fragilizado, estava exposto a esse tipo de situação. Segundo Iara Ferraz, frei Gil consegue expulsar os grileiros e ainda coloca um casal para verificar como o grupo se encontra e prevenir outras ações contra eles, mesmo que não tenha impedido figuras como João Correia de tentar.

A depopulação sofrida desencadeou uma forte crise e desorganização da sociedade *aikewara*. Conforme o mesmo autor, aproveitando-se da ausência temporária de frei Gil, João Correia (chamado de João “peito largo”) inseriu-se no grupo e passou a ditar novos hábitos e padrões de comportamento

⁹ “Os *Aikewara*, sua autodenominação - “povo daqui”, por oposição à *Aipewara* (povo de longe) - não sabem por que foram chamados “Suruí”, adotado como sobrenome em todos os seus documentos pessoais.” Provavelmente ficaram conhecidos como Suruí por conta de frei Gil Gomes (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014)

¹⁰ <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Aikewara>

regionais, como o corte dos cabelos, o uso de roupas, construção de habitações de duas águas e a dieta alimentar.” (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014, p. 6)

Os eventos abordados acima sucederam antes da guerrilha do Araguaia, e seu envolvimento com a guerrilha na década de 70 acabou por enfraquecer ainda mais o grupo. Segundo os relatos apresentados nos processos da Comissão de Anistia, foram coagidos por membros do exército a auxiliar na busca dos guerrilheiros pelo território, justamente pelo seu vasto conhecimento da área. A respeito dos guerrilheiros, pouco consideraram sobre as consequências provenientes de sua presença no território, tanto para os camponeses quanto para os indígenas.

Todas as ações da guerrilha e da repressão desenvolveram-se exatamente no centro do território tradicional aikewara, presença histórica que foi subestimada pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia. Por outro lado, o profundo conhecimento dos indígenas acerca do seu território tradicional foi sumariamente utilizado pelas forças repressivas devido ao seu despreparo e desconhecimento em relação ao ambiente de floresta amazônica desde a primeira campanha (abril de 1972), quando se verificou a ocupação ostensiva pelos militares de toda a região do “Bico do Papagaio”. (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014, p. 5)

O desenvolvimento da pesquisa se dá a partir da análise dos 14 processos da Comissão de Anistia que foram deferidos em sessão. Ou seja, esses indivíduos conseguiram a reparação e sua história foi contada. Como posto na introdução, os nomes presentes nos relatos não serão divulgados, e qualquer nome presente no trabalho será fictício. Na construção do capítulo referente a vivência dos *Aikewara* durante a guerrilha, denominado Memória, serão colocados fragmentos dos relatos presentes nos processos, com o intuito de reconstruir a narrativa apresentado por eles.

Por fim, deve-se levar em conta a existência de poucos trabalhos realizados sobre o assunto, um progresso maior pode ser visto na área da antropologia, na qual já foram feitos alguns projetos sobre os *Aikewara*. Mesmo assim, esses trabalhos não tem o foco na guerrilha do Araguaia e sim em sua organização social, mitos, língua e afins.

1.4. Processos

Os processos da Comissão de Anistia, julgados em turma durante a 87ª Caravana de Anistia, realizada no Salão Negro do Palácio da Justiça, em 19 de setembro de 2014, foram deferidos. Isso significa uma grande vitória, não apenas pela reparação monetária, mas também pelo reconhecimento dos acontecimentos ocorridos naquela época.

Todos os processos são compostos pelo relato dos acontecimentos ocorridos durante a guerrilha. A maior parte deles tem relatos similares, desde a chegada dos militares, sua permanência na localidade e o fim da guerrilha. Ademais os traumas ocasionados por conta da presença militar são narrados. Como o pedido foi feito em conjunto, a maior parte dos processos têm o mesmo conteúdo, com a diferença no pedido inicial e as peculiaridades de cada caso, por isso, apenas um dos processos será citado ao longo do trabalho.

Em todos os processos há um relatório dividido em três tópicos são eles: Reconhecimento Oficial da ocorrência da guerrilha do Araguaia; os indígenas *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia e Perseguição política: nexos causal e congruência temporal entre a ação do Estado e a violação de direitos sofrida. Provavelmente o texto foi escrito com a finalidade de ambientar as condições relatadas. Nesse relatório, há a prova substancial de como o evento da guerrilha foi encoberto de forma eficiente, pois há uma seção destinada a provar o ocorrido. Apenas em 1985, o Estado reconhece a existência do conflito (BRASIL, CA, 2010, 2010.01.66630, p. 80).

Os argumentos usados para provar a existência do conflito foram justamente as campanhas do exército, as quais foram documentadas, segundo o relatório inserido como anexo aos processos. Além disso os relatos dos habitantes da região, os quais fazem declarações contundentes a respeito da violação de direitos e cerceamento das liberdades. Nos relatos, é possível observar a utilização de tortura contra a população para conseguir informações sobre os guerrilheiros. Suas roças foram queimadas para impedir a subsistência dos guerrilheiros, e trabalho forçado foi implementado, para procurar os guerrilheiros dentro da mata. Os homens eram recrutados e usados como guias (mateiro).

O exército realizou três operações para combater a guerrilha do Araguaia. A primeira não teve êxito, pelo despreparo dos militares que adentraram o terreno. Durante a segunda delas, a região do Araguaia, foi decretada a área de segurança nacional¹¹ e nesse momento a população tem seus direitos cerceados, como o livre deslocamento e todos se tornam suspeitos. Já na terceira foi a mais violenta, foi quando a repressão se deu de forma mais efetiva, como consta no processo (BRASIL, CA. 2010.01.66630).

Na parte que diz respeito aos indígenas e a guerrilha traz a informação de que a região do conflito foi declarada “área de segurança nacional” e ainda traz informações contidas no

¹¹ Decreto-lei nº 1.164 de 01.04.1971, revogado só em 24.11.87, pelo Decreto-lei nº 2.375. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1164.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Relatório Especial de Informações, do ministério do exército com numeração de 000236 000174 1754 a 000236 000174 1779.¹² Um dos trechos apresentados é o seguinte “A rede de apoio não estava consciente da identidade e dos objetivos dos subversivos. Assim, os moradores locais que prestavam apoio o fizeram em retribuição aos auxílios recebidos anteriormente.” (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 82).¹³

O trecho extraído do processo, comprova que o exército já sabia sobre a falta de envolvimento dos residentes da região, fossem eles os índios ou os camponeses. Dessa forma, se agravam as violações cometidas na região, dado que o pressuposto da cooperação entre os habitantes e os guerrilheiros já havia sido praticamente descartado. Isso já seria na terceira fase de operações.

Para além do relatório presente no início do processo, há o conjunto de depoimentos prestados pelos indígenas, tais documentos foram colhidos em entrevista com a antropóloga Iara Ferraz e Orlando Calheiros. A maior parte dos processos possui a mesma estrutura, dado que o pedido foi feito conjuntamente, também com o auxílio de Iara Ferraz.

Dessa forma, têm-se a estrutura dos processos marcada por divisões, mesmo que sejam semelhantes, há em cada um deles uma parte específica na qual o requerente tem sua especificado os detalhes de sua vivência no período da Guerrilha.

¹² Não foi possível encontrar tais arquivos, durante a busca, descobriu-se grande processo burocrático, dado que são classificados e a autorização para acessá-los é extremamente restrita.

¹³ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Centro de Informações do exército - CIE. Relatório Especial de Informações nº 1/74.

CAPÍTULO 2. AIKEWARA: AS MARCAS DA GUERRILHA

“[...] a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos”.
(Colling, 2004, p. 1)

Este trabalho surge a partir da percepção da ausência de certos grupos dentro das narrativas, seguindo o movimento que visa a pluralização da história, dando voz aos sujeitos antes esquecidos, tais como os indígenas, os negros e as mulheres. Sendo assim, há a tentativa de colocá-los como sujeitos de sua própria narrativa. A história com a função de colocar sujeitos, há tanto marginalizados, dentro do espaço público e desenvolver sua historicidade.

Ademais, a análise dos relatos será feita levando em conta a história oral e do tempo presente. Quando se trata de história oral e história do tempo presente, a objetividade pode parecer um pouco mais difícil de ser atingida. Dado que sujeito e objeto estão na mesma temporalidade (FICO, 2012).

Segundo Le Goff é “preciso considerar a oposição entre o passado e presente no quadro da memória coletiva” e ter em vista que o tempo cronológico, o qual ele caracteriza pelo tempo do acontecimento, é diferente do tempo linguístico, ou seja, de quem narra esses acontecimentos. Portanto a objetividade, mesmo que prejudicada, ainda pode se fazer presente numa análise intensa do discurso. Além disso Le Goff aponta que “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, dessa forma, a construção dessa memória, muitas vezes pode ser utilizada como forma de manipulação dos acontecimentos. Complementando essa fala Michael Pollak coloca que a memória é uma constante disputa e assim sendo é necessário que se separe a memória coletiva da memória individual

[...] Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum." (HALBWACHS, 1985, apud POLLAK, 1989, p. 2)

Sendo assim, a memória é uma construção constante e o discurso mais forte acaba sendo o que rege o que é mais verossimilhante e o que não é. Nesse sentido, o historiador se insere, tendo um papel fundamental na seleção dessa memória/discurso dominador.

No caso particular da guerrilha do Araguaia, não se falava sobre ela, dado que, segundo Ridenti, o principal objetivo do exército era acabar com o foco guerrilheiro antes que

conseguisse mais apoio e crescesse. Dessa forma, a criação de uma memória coletiva ficou prejudicada. Mais tarde, quando se verifica a que a guerrilha realmente ocorreu, são feitas reportagens, grupos de busca com a intenção de localizar os corpos dos guerrilheiros, a possibilidade de ter acesso aos documentos produzidos no período e de se falar abertamente sobre esse acontecimento, há uma possibilidade maior de se construir essa memória coletiva.

Portanto, ao analisar os processos, e principalmente, os relatos neles contidos, será colocado, da forma mais objetiva possível, pois segundo Pozzi “Para amplios sectores profesionales la história oral, por su subjetividad, es una mera construcción literaria, mientras que para quienes la practican há significado una profunda renovación intelectual.” (2012, p. 65). A partir dessa perspectiva, os relatos serão analisados.

2.1. *Memória do Povo Aikewara*

Como já foi pontuado, para os *Aikewara* a época da guerrilha do Araguaia foi marcada pela presença do exército em seu território, assim como pela intervenção direta no seu modo de vida e graves violações dos direitos humanos. Os relatos colhidos pela antropóloga Iara Ferraz, em conjunto com Orlando Calheiros e organizados juntamente com *Tiapé Surui e Ywynuhu Surui*, apresentam os acontecimentos que serão narrados no presente trabalho. A partir de sua perspectiva, conta a história dos *Aikewara*. O relatório denominado “O tempo da guerra”¹⁴ - os *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia foram divulgados em maio de 2014, ou seja, ainda é muito recente, e foi incluído no processo como “subsídio com vistas à reparação coletiva dos *Aikewara*”.

Além disso, dentro dos processos há a transcrição das entrevistas realizadas durante o interím que os antropólogos estiveram na aldeia. Tais entrevistas são ricas em informações sobre o período e como se deu a vivência dos *Aikewara* na época da guerrilha. Dessa forma, os processos são a fonte principal, dado que contam com grande parte das informações necessárias pois elencam os acontecimentos que sucederam na região do Araguaia.¹⁵

Os indígenas desconheciam as motivações dos guerrilheiros, nem sabiam que faziam parte da rede de apoio até a chegada dos *marehai*.¹⁶ O que o exército chamava de rede de

¹⁴ Segundo Iara, é a forma pela qual os *Aikewara* descrevem o período que compreende a guerrilha do Araguaia.

¹⁵ As entrevistas foram transcritas, entregues à CA e juntadas por anexação aos processos que já estavam protocolados desde 2010.

apoio, na realidade não se caracterizava como uma real rede de apoio. Devido ao fato de os guerrilheiros não terem o tempo para preparar as massas e difundir suas ideias. Sendo assim, a maior parte da população não tinha envolvimento com a guerrilha.¹⁷ Mesmo que apenas uma mínima parcela da população tivesse o conhecimento das ações guerrilheiras, a maior parte da população foi afetada pela presença do exército na região, presença essa que foi ocasionada pelo foco da guerrilha se localizar na região.

Voltando ao caso dos *Aikewara* os quais participaram a contragosto da guerrilha, sendo coagidos pelo exército a atuar como batedores dentro da mata, pode-se inferir que apenas pelo contato com os militares seu modo de vida foi afetado. Aqui serão utilizados os relatos para reconstruir a história deste povo no período da guerrilha.

A ocupação militar da aldeia se deu em 1972 e se estendeu até 1974, segundo os relatos, datados de 2013. Segundo U. S. da primeira vez os militares chegaram a pé, e em outro momento de helicóptero. Mas já nesse primeiro contato, coagiram os índios a auxiliarem nas buscas pelos guerrilheiros

Nós tamo precisando de [...]¹⁸ pra ir mostrar na mata, pra nós.
Sabe que nós num sabe nem pra quê esse aí! Ai nós num sabia de nada, aí nós foi assim mesmo, enganado. (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 107)

No trecho retirado da entrevista, é possível ver como as ações dos militares foram desonestas com os indígenas, além de não terem dado outra opção para eles. U. S. ainda relata que os militares diziam que os terroristas estavam ali para tomar a terra deles, ou seja, assim conseguiam convencê-los de auxiliar nas buscas na mata.

Já A. S. relata as histórias contadas por seu pai e sua própria experiência, ele narra a chegada de helicóptero e fala sobre a autorização dada pela base recém implantada da FUNAI para os índios mostrarem a mata, relata que como ainda era novo, não foi levado, e que apenas os mais velhos foram escolhidos. O relato dele e de seu pai é bem confuso e não é possível entender muito bem os relatos contidos. Diferente do relato de E. T. S., o qual fala português e morou em São Paulo. Relata que após retornar para a aldeia, o exército, junto com a FUNAI procuraram por ele e o levaram para ser usado como mateiro.

Aí, foi nesse tempo que eu comecei a trabalhar e... a minha vida foi, tão triste que quando eu comecei a andar; e lá os pessoal do Exército começaram a me judiar, me deram cada coronhada de espingarda na

¹⁶ Maneira como se referiam aos militares do exército, segundo Orlando Calheiros significa “um ser cujo a paixão é a guerra.” (2014, p. 232)

¹⁷ Há casos de camponeses que se envolveram ativamente com a guerrilha, relatos podem ser encontrados em sessões da Comissão de Anistia com a temática.

¹⁸ Nos relatos, já constavam as reticências, assume-se que a palavra ausente é índio.

minha costela, em todo lado, em todo lugar que ele, me pegava me dava coice de espingarda, sabe, daqueles ... metralhadora de mão! Porque eu num queria, andar com eles, mas, eles falavam pra mim que eu era obrigado porque eu era índio; né? Então eu falei: - Mas, rapaz, mas eu num sei de nada que tá acontecendo, como é, que vcs querem que vcs me obrigar pra mim a andar! Eu num sou obrigado a andar na mata não porque eu num sei o que ta acontecendo...
- Não, mas vocês sabe! Todo índio sabe! (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 116)

Com o relato acima é possível observar como se deu o relacionamento entre os militares e os indígenas, normalmente por meio da força bruta e da coerção.

Outros relatos incluem a falta de comida, tanto para os que permaneceram na aldeia quanto para os que acompanharam os militares na mata. O relato de M.S. e S. S., reforçam a truculência do exército para com os indígenas

Iara: Você lembra quando seu pai saiu pro mato com marehai?
S. S.: Papai? Eu lembro! Eu era do tamanho dessa menina aqui (cerca de 6, 7 anos).
Iara: Você lembra como ficou aqui na aldeia, como era que vocês viviam aqui na aldeia?
S. S.: Eu lembro tudinho! Eu ficava era com medo naquele tempo! Eu falava assim pra minha mamãe: Mamãe, nós quero comer!
E ela dizia: 'Não minha filha, num pode comer não!'
Por que a gente num podia andar no mato, Só arrancava batata no terreiro que tinha. A gente ficava tudo chorando, só de fome pra nós. Ai mamãe falava assim pra nós: 'Não, teu pai num ta aqui não! Num sei nem se teu pai ta vivo!' ... (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 120)

Dessa forma, além de levá-los contra sua vontade, os que ficavam na aldeia, não tinham nenhum amparo, passavam fome e eram proibidos de realizar atividades do dia a dia, tais como cultivar, caçar, tomar banho e andar na mata. Uma espécie de cativo. Não podiam nem buscar lenha e água ser acompanhados pelos militares

Eu cheguei de novo, cheguei na aldeia e eles falaram assim: Olha, vocês num vão andar hoje não! hoje tem um bocado de soldado aqui.
- Ta bom!
E ele falou assim também... que minha mãe pediu pra mim, - W. p.! – que ela chamava (esse na linguagem mesmo que ela falava) - fala pro kamará¹⁹ aí “taru nerere hyau” – ela falou pra mim pedir pra ele ir buscar água!
- Tá bom! ele falou.
Aí ele falou com um tal A., “doutor A.”, que eles falavam assim, nome dele! outro parece que é... era Cabo, era dois que comandava na polícia... pra mandar pra pedir nós. Tinha dois. Aí ele falou assim pra ele:
- Não, tem que ir... dois soldado mais ele! que ele falou.
- Ta bom - aí acompanhou nós, eu e minha mãe que nós fomo lá, na roça. A mesma coisa também, ele falou assim também - eu pedi pra ele pra nós

¹⁹ Kamará era a forma que os indígenas se referiam a qualquer um de fora da aldeia.

*buscar... lenha! aí foi também atrás de nós... É porque tinha muito... soldado no mato também! por isso que... eu acho que foi assim que ele fez com nós! Aí nós fomo... mais minha mãe, cortando lenha e soldado tava lá pertinho de nós ainda! E a mulher... fica lá na casa ... sem andar... nós comemos foi... batata... Ele ia pra nos pedir... daqui na aldeia velha não era longe daqui não... Aí falou pra ele assim:
- Rapaz, nós tamo com fome!
- Não, tem que aguentar! porque num pode andar... lá tem muito soldado aí no mato – pensando que... os “povo do mato”, eles vão matar vocês! - que ele falou assim pra mim” (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 123)*

O trecho acima descreve a situação na qual os *Aikewara* tinham de pedir autorização para buscar água, lenha e afins. Dado que os índios foram privados de se locomover livremente pelo território e passavam a maior parte do tempo na aldeia. Eles só podiam realizar as atividades cotidianas acompanhados, quando havia autorização. Por isso, muitos dos relatos ressaltam a falta de alimentos, não lhes era permitido caçar, nem realizar coleta. Por esse motivo, a dieta dos *Aikewara* se viu extremamente deficiente no período da ocupação militar.

Há também, relatos de contato com os paulistas, na ocasião W. S. relata ter vendido farinha para eles e um ano depois chegou o exército, em busca do “povo do mato”. Para os *Aikewara*, os paulistas eram apenas moradores comuns da região, mas com a chegada dos militares, lhes foi dado vários adjetivos diferentes, tais como terroristas e povo do mato. O relato de T. S. confirma o fato de os índios não saberem quem eram os terroristas

Os homens que vieram de Brasília trouxeram a guerrilha do Araguaia. Nós num sabia nem o que era isso, pra gente era normal, porque já tava rodeado de kamará. Nós nem sabia o que era ‘terrorista’ nessa época, ficava na nossa... Aí com essa guerrilha, veio um monte de soldado descendo de helicóptero, aí ficaram aqui mais nós. Veio uma equipe de Belém e foram pra São Raimundo, o outro grupo ficou aqui dia e noite (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 129)

Dessa forma, pode-se confirmar, mais uma vez a presença de uma base de operações dentro da aldeia, de forma que os moradores tinham suas liberdades cerceadas e viviam com ameaças constantes. No mesmo relato, há indícios de que os índios passaram pela base de Bacaba dado que T. S. afirma que passaram uma semana lá, no acampamento dos militares

A partir desse dia, nós ficamos uma semana lá na Bacaba, no acampamento deles. Lá vimos o sofrimento das pessoas gemendo, gritando... Os cabras lá sofriram demais, tinha muita gente presa! Tinha um homem chamado Carneiro que tinha a marca das algemas dele que inchou... (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 131)

O trecho acima, confirma a utilização de tortura contra os habitantes da região que eram acusados de apoiar os guerrilheiros, e ainda mais, quando Orlando pergunta o que T. S. pensava sobre tudo isso, sua resposta é categórica, depois de afirmar que não pensava em nada, coloca

Na nossa vida, nós somos pacíficos, nós não gostamos de matar, como o branco, por qualquer coisa. Nós não! Nós vivemos tranquilos! Agora que está havendo umas richazinhas, mas porque kamará veio trazer pinga kamará bota um índio contra o outro, aí fica ruim, mas antigamente nós vivíamos tranquilos, tudo que a gente fazia, a gente dividida... (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 131)

Essa fala demonstra os aspectos negativos depois de tanto tempo de contato, dado que antes do contato inicial, eles viviam em harmonia e agora há mais conflitos entre eles. Mesmo que o primeiro contato não tenha sido com os militares, não é possível desconsiderar o peso e os traumas advindos do período. Contudo, a presença do exército no território *Aikewara*, afeta diretamente no cotidiano, e muitas sequelas foram deixadas por aquele momento da história *Aikewara*. Ou seja, o contato com os *kamarás* influenciou diretamente no comportamento dos indígenas.

No relato de T. S. a figura de frei Gil aparece, assim como o “povo que passava dentro da aldeia”

Nesse tempo, tinha um padre que ele era...missionário, né, por nome de frei Gil. Aí ele sabia dessa história... e nós não sabíamos... esses povos passavam dentro da aldeia e nós não sabíamos quem era essa pessoa, a gente é inocente, né? nós pensávamos que era uma pessoa assim normal, né? nós achamos, né? Mas pros militares, já é outra... os inimigos que ele andava procurando, né? Mas nós não sabíamos... (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 144)

Ou seja, talvez frei Gil soubesse sobre os guerrilheiros, mas é muito pouco para poder inferir corretamente se o mesmo conhecia as intenções das pessoas que passavam pela aldeia. Somado a isso o fato de que qualquer morador da região poderia estar passando dentro da aldeia, não necessariamente os guerrilheiros. Ademais, na fala de T. S. nota-se a sua preocupação em ter ajudado os “terroristas” e mais uma vez é demonstrada a falta de conhecimento acerca dos acontecimentos na região e a efetividade do exército em convencer os indígenas sobre as más intenções dos guerrilheiros.

Ainda na entrevista com T. S., Iara lhe pergunta se em algum momento os militares chegaram a explicar o que era terrorista e a resposta dele é a seguinte

Não, eles falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiu de não sei onde, do Rio de Janeiro, Brasília pra cá, né? Diz que... acho que por causa de negócio de política, né? Eu

entendia pouca coisa na época, eles contaram -Não, por que aconteceu assim: política! Por que perderam - eu num sei o que perderam- aí começaram a brigar, brigaram contra militar, essas coisa tudo... acho que pegaram arma de militar. Sei lá, num sei como que aconteceu mesmo! Um deles falaram que... assaltaram banco... sequestraram policial... (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 157)

Diferente dos outros, T. S. apresenta mais detalhes sobre a chegada dos militares na região, enfatiza o que outros já haviam dito, o momento da chegada dos militares coincidiu com as festividades, mas também afirma que colocaram as armas para fora e deram instruções para que não houvesse correria.

Aí daqui a pouco chegaram mais outra tropa atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí começaram a falar que ninguém era pra sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fiquemo do jeito que eles falaram. Que nós num queria que acontecesse alguma coisa... podia atirar na gente... matar, né? Aí... fiquemo lá. (BRASIL, CA. 2010.01.66630, p. 146)

Em sua fala, fica evidente o medo, as instruções dadas eram basicamente para não realizar as atividades cotidianas, nem sair da aldeia, uma espécie cárcere privado.

Uma das medidas adotadas pelos militares para impedir a subsistência dos guerrilheiros era a queimada de roças e dos possíveis abrigos. Esta medida foi destinada tanto aos camponeses quanto aos indígenas, não se levou em consideração a condição na qual os indivíduos se encontrariam sem suas fontes de alimento. Segundo T. S.

Um já ia queimando o paiol de arroz... derramava o que tinha da gente... esculhambava tudo... ele falou, -Ó, vocês não vão usar nada aqui não! E as crianças chorando, com medo... e fome! Até hoje me sinto assim, as minhas irmãs... eles era tudo pequenininho na época, né?... eles era tudo pequenininho... pediam pra mim arrumar comida pra elas- e num tinha como, por que os militares já tinham bagunçado tudo! Queimaram o paiol de arroz, queimaram farinha, tudo, incendiaram na aldeia tudo, queimou a aldeia todinha! Aí nós fiquemo sem a casa, num tinha onde ficar! Ainda bem que era verão, é em agosto, né? (BRASIL, CA 2010.01.66630, p. 147)

Com o exposto acima, têm-se mais um fator agravante à ser somado a todos os já citados nos relatos coletados nas entrevistas. Além de privar os indígenas de seu direito de ir e vir, tornaram quase impossível sua sobrevivência em certos momentos. Além da fome, há relatos de alimentos que não faziam parte da dieta dos *Aikewara*, como o charque. Toda essa situação gerava pânico e estresse. Muitos dos relatos indicam os barulhos de tiros que podiam ser ouvidos quase sempre no período da guerrilha.

Como T. S. foi um dos que passou um maior período servindo de guia para os militares, seu relato é mais completo. Ademais, narra que na companhia dos militares passou fome, sede e medo, isso, porque além de ser privado de alimentos, também foi testemunha de algumas das atrocidades cometidas pelos militares. Relata os maus tratos contra sua pessoa, assim como contra os moradores da região “Aí começaram a pegar aquelas pessoas, né? Morador, começaram a judiar... e fizeram muito serviço com eles, amarraram pela perna, a mão pra trás, botaram a corda, dependuraram assim, através da casa, assim, bateram muito! Num podia falar nada, né?” (2010.01.66630, p. 154)

Dessa forma, o terror psicológico era presente, e se intensificava, na presença de tamanha crueldade. Eram forçados a conviver com esta situação, dado que não lhes era dada a opção de recusar servir de guias. Em seu relato T. S. menciona diversas ameaças e sempre fala sobre um militar específico, que era pior que todos os outros “Tinha um deles que era ruim, muito mal mesmo! Aqui e acolá apontava a arma pra nós: -Se vocês não seguirem direto, o final de vocês é aqui dentro da mata mesmo- ele falando pra nós.” (2010.01.66630, p. 157)

Dentro das entrevistas também se encontram descrições de episódios de confronto com os guerrilheiros, nos quais há tiroteio e em algumas ocasiões, é narrada a morte de algum indivíduo.

Aí depois que ele mostrou pra nós: - ó peguemo um sujeito aqui! Já tinham matado... já tinha matado dois! Aí, esse que foi morto lá, eles diz que era, o' nome dele era J., J. num, sei de quê. Enterraram lá mesmo, num buraco de palmeira, uma coisa assim, urna grotinha passa assim, jogaram, enterraram não! Jogaram e cobriram lá... (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 158)

Ou seja, os indígenas presenciaram a ação, com violência indiscriminada, dos militares contra guerrilheiros e moradores da região. Um dos pontos mais críticos sobre a guerrilha é a incapacidade de se recuperar os restos mortais dos guerrilheiros mortos em combate. Nas entrevistas é demonstrada, mais de uma vez, a prática de ocultamento dos corpos dentro do território indígena

Aí eles (soldados) cortaram, né? (a cabeça) trouxeram só o corpo pra nossa terra aqui, do lado de cá (do rio Gameleira, limite atual), do S. Raimundo. Aí eles falaram pra nós... que... se tinha algum pessoal de nós pra acompanhar eles... que eles... jogar lá no buraco né, pra enterrar, ele falou: - Nós vamos lá... na terra de vocês, pra lá, pra ninguém ver! (...) Diz que cavaram lá, num sei como... num chegemo a ver não... enrolaram num plástico, numa lona lá, tudo... jogaram o corpo num mesmo buraco, só jogaram lá. (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 161)

Depois de todo esse processo traumático T. S. recorda que aproximadamente depois de dez anos, foram buscar o corpo, mas desconhece os indivíduos que fizeram a retirada, apenas apontaram o local. Contudo, se recorda dos indivíduos alegarem ser da família da pessoa enterrada, mas não se colocou convencido disso, dado que mais a frente relata: “-Eles falaram que era da turma dos que desapareceram, mas eu num acreditei neles não, acho que era o pessoal da tropa mesmo” (2010.01.66630, p. 165)

Após o fim da guerrilha e a retirada das tropas da região, muito ainda ficou guardado na memória dos *Aikewara*, os quais tiveram sua rotina, modo de vida e ordem cultural completamente alterado durante o tempo da ocupação.

Ainda nos processos dos *Aikewara* encontra-se o relatório do requerimento de anistia que recebeu o voto. Seu conteúdo é dividido em 3 seções e contém aproximadamente 30 páginas²⁰. A primeira parte apresenta o contexto geral da guerrilha do Araguaia, descrevendo como se deu a chegada dos guerrilheiros, a articulação do PCdoB, as ofensivas do exército e o fim da guerrilha. A próxima parte leva o título “Ações do Estado Brasileiro e da Sociedade Civil promovidas para elucidar os fatos, mortes e desaparecimentos durante a ‘Guerrilha do Araguaia’.”

Neste momento, ressalta-se o fato de a guerrilha ter permanecido vários anos oculta, assim como os acontecimentos ocorridos no período em que ela tomou lugar. E a demora de ações de reparação para os indivíduos afetados pela guerrilha.

Já a terceira diz respeito aos *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia, na qual o trabalho produzido por Iara Ferraz, Orlando Calheiros em conjunto com os Suruis, e a transcrição das entrevistas gravadas tem grande relevância como prova substancial. Neste momento, é feita a síntese das informações obtidas a partir do conjunto de documentos disponíveis. Tal síntese foi usada na decisão pelo deferimento dos processos na 87ª Caravana da Comissão de Anistia. Entre eles encontram-se as seguintes conclusões:

Que as forças repressivas recrutaram de modo compulsório, por 2 (dois) anos seguidos, de 1972 a 1974, praticamente todos os homens adultos da aldeia para servirem de guias, na mata, a "caça" aos guerrilheiros, episódio traumático para toda a sociedade aikewara; Esse período que acabou se estendendo até o final dos anos 70 marcou toda a sociedade aikewara, pois causou desorganização familiar, fome e intenso medo da morte com sequelas psicológicas em toda a comunidade; (BRASIL, CA .2010.01.66630, p. 346)

²⁰ O número de páginas em cada relatório varia devido à terceira parte, na qual os acontecimentos vivenciados por cada um dos indivíduos é detalhado separadamente.

O exposto acima explica como as informações contidas dentro dos processos *Aikewara* foram interpretadas e organizadas de modo que garantiu seu deferimento, em turma, na 87ª Caravana da Comissão de Anistia. Sendo assim, o que garantiu a Anistia para este grupo, foi o fato de o processo se encontrar repleto de informações que corroboram com os acontecimentos narrados pelo grupo.

2.2. *Reparação Concedida pela Comissão de Anistia*

Uma das premissas da CA é a de preservar e resgatar as memórias, quebrando o silêncio referente aos sucedidos no período que compreende o Regime Militar – entre os anos 1946 até 1988²¹. Ela efetiva este objetivo a partir da análise e apreciação dos requerimentos de anistia, o qual resulta na decisão a respeito da concessão de anistia.

É regida pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, a qual regulamenta as condições dos anistiados políticos. No capítulo II apresenta as condições para ser considerado anistiado, a maior parte dos incisos que dizem respeito ao afastamento de atividades remuneradas, tais como servidores públicos afastados do cargo, militares com perda de proventos, estudantes e demissões. Ou seja, a lei contempla casos mais específicos, o caso dos *Aikewara* destoa nesse sentido, encontra fundamento no primeiro inciso, o qual é o mais geral

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - Atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência do termo; (BRASIL, 2002)

O pedido de reparação protocolado por cada um dos *Aikewara* afetados no período foi deferido e eles obtiveram a reparação econômica de caráter indenizatório em prestação única²². A parte que diz respeito à decisão, possui vários detalhes que foram levados em conta até chegar ao voto pelo deferente. São elencados 40 pontos explicando o porquê do resultado, o mais importante deles, é a confirmação da motivação política por detrás da guerrilha do Araguaia.

Assim, fica claro que as Forças Armadas usaram a força e a repressão de maneira indistinta contra a população local. Como não tinham certeza de quais moradores constituíam a rede de apoio à guerrilha, e mesmo quais

²¹ 18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1988 (Cartilha da Comissão de Anistia, 2010, p.10)

²² Pela Lei de Anistia é possível receber dois tipos de indenização, em prestação única, ou em prestação mensal, permanente e continuada.

moradores não seriam guerrilheiros, empreenderam a perseguição com truculência, de forma generalizada, atingindo a toda população local, sem distinções. (BRASIL, CA. 2010.01.66630, p. 353)

Dessa forma, o Estado reconhece as ações do exército contra os habitantes da região e as caracteriza incompatíveis com os Direitos Humanos

Denota-se que os casos relatados demonstram a forma utilizada pelo Estado de Exceção ao proceder com as pessoas da região sitiada, violando preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, foi cerceado o direito fundamental de ir e vir, advindo da concepção de que todos 'os indivíduos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotados de razão e consciência. (BRASIL, CA. 2010.01.66630, p. 353)

Daí a necessidade da reparação, dado que o cenário descrito a respeito da guerrilha e as entrevistas feitas com os *Aikewara* são complementares e se sustentam. Contudo, mesmo que a reparação econômica tenha sido concedida aos requerentes, pouco se divulgou a respeito de sua história no conflito²³. A maior parte dos trabalhos realizados com este grupo foi produzida por antropólogos, e até mesmo do relatório desenvolvido por Iara e Orlando em conjunto com os *Aikewara* não é de fácil acesso. Ou seja, o acesso às informações acerca do período se dá de forma limitada. Inclusive, a maior parte dos indivíduos ou desconhece a participação indígena na guerrilha, ou a tem de maneira equivocada. Faz se presente, então, a questão da preservação e construção da memória coletiva sobre a guerrilha do Araguaia de forma mais pontual.

2.3. Memória Coletiva e as Marcas no Povo Aikewara

Há de se levar em consideração a escassez de material produzido sobre o tema desenvolvido ao longo deste trabalho. A maior parte do conteúdo existente é superficial quando se trata sobre os Aikewaras inseridos no contexto da guerrilha do Araguaia. Sendo assim, o processo de construção da memória coletiva se torna mais laborioso, quando menos indivíduos estão cientes de certos acontecimentos, mais fácil é a perda do conhecimento acerca deste.

A produção de mais material e a maior divulgação, incentivam o engajamento da sociedade, e dessa forma é possível manter viva a memória sobre os acontecimentos

²³ Alguns jornais e sites fizeram menção ao julgamento em favor dos indígenas, mas em sua maior parte de maneira superficial ou sensacionalista, ver <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/comissao-nacional-da-verdade-reconhece-violacoes-de-direitos-cometidas-contra-povos-indigenas>.

passados. Segundo Le Goff “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento de poder” (2003, p. 470). Portanto, deve-se adotar, cada vez mais, uma perspectiva decolonial, de forma a complementar a história eurocêntrica que vem sendo contada (GROSFOGUEL, 2016, 45). Nesse segmento, se insere a história indígena, e a necessidade de que ela seja ouvida, contada cada vez mais de acordo com a realidade e sem os preconceitos que muitas vezes estão presentes nos discursos. Uma das formas para se alcançar esse objetivo é que os próprios indígenas produzam os trabalhos, ou auxiliem na organização destes. Da forma como ocorre em “O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia” (2014), o qual foi desenvolvido em conjunto entre antropólogos e indígenas, e amparou a produção do presente trabalho.

Outra consideração a ser feita é o fato de mesmo com a reparação econômica concedida pela CA, as marcas deixadas pela ocupação militar no território I *Aikewara* continuam a existir. Neste contexto, nasce a questão da divulgação da memória deste povo, a qual não tem sido feita, assim como a de diversos povos afetados pela ação dos militares, que usaram sem nenhum pudor a questão de Segurança Nacional como desculpa para agir contra os direitos humanos de forma discriminada.

Mesmo que o presente projeto se foque na experiência indígena durante o período da guerrilha do Araguaia, vale ressaltar que eles não foram os únicos afetados com a presença dos militares na região. Os camponeses, citados algumas vezes nas entrevistas com os *Aikewara*, também foram diretamente atingidos pela repressão na área do Araguaia. Muitos deles também possuem processos protocolados na CA, grande parte ainda aguarda julgamento, não obstante, em geral eles são indeferidos, pela falta de provas substanciais além dos relatos.

Hoje a existência da guerrilha do Araguaia é um fato inegável da história brasileira, mas esse episódio, por muito tempo ocultado, ainda é negligenciado, mesmo que nas últimas décadas tenha se produzido muito mais sobre o tema. Este trabalho utiliza uma bibliografia limitada sobre a temática, mas há poucos anos era ainda mais complexo construir um trabalho a partir da perspectiva histórica com a temática indígenas na Ditadura Militar, quem dirá especificamente no contexto da Guerrilha do Araguaia.

Dessa forma se faz importante dar espaço para a construção de novos discursos e narrativas. E o objetivo deste trabalho é justamente fornecer mais uma fonte de informações para descrever a história deste povo. O qual foi privado de suas liberdades, teve suas crenças e cultura prejudicada, além dos traumas criados pelo constante estado de alerta quando os

militares estavam presentes na aldeia. Além do que foi exposto sobre os relatos coletados nas entrevistas, há ainda outros casos, tais como a índia que aponta o estresse causado pela guerrilha como fator determinante para seu parto antes do tempo, e a que teve seu bebê com o auxílio dos militares, e a bebê faleceu dias depois, por fruto de infecção, provavelmente causada pelo instrumento utilizado para cortar o cordão umbilical.

Ou seja, a construção da memória é necessária para que este povo tenha sua vivência reconhecida, sem a reprodução das falas feitas por eles, a história se perde, pois ao mesmo tempo que a memória é coletiva, ela é seletiva, em tese o mais relevante ficaria. E a história oral na América Latina acaba cumprindo a função de inserir sujeitos antes desconsiderados, como protagonistas dos acontecimentos, desloca-se o objeto a fim de tentar conscientizar os setores detentores do discurso

La historia oral há intentado no sólo el rescate de la memoria de sectores antes marginados en su protagonismo, sino también, el crecimiento de los niveles de conciencia de aquellos como protagonistas de esta historia, y de una realidad que puede ser modificada, (POZZI, 2012, p. 63)

Desse modo os trabalhos voltados para a história de sujeitos anteriormente desconsiderados se fazem imprescindível na construção da memória coletiva. Quando não há dados suficientes para manter essa memória viva, ela se perde mais facilmente, abrindo espaço para a manutenção dos discursos produzidos ao longo da história, sem que novos sujeitos sejam incluídos nas narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar e narrar a história do povo Aikewara na guerrilha do Araguaia, resgatando e construindo uma memória coletiva acerca dos acontecimentos que sucedera, no período. Além disso, demonstrar como a ação dos militares no combate e contenção da guerrilha não se limitou aos guerrilheiros, ou seja, grande parte da população que se encontrava na região, os índios incluídos, foram afetados pela presença das Forças Armadas. Para alcançar tal objetivo, foram utilizados os processos da CA julgados na 87ª Caravana da Anistia, os quais continham as entrevistas realizadas por Iara Ferraz e Orlando Calheiros transcritas, os relatos específicos de cada *Aikewara* que protocolou o processo e a minutas com o voto.

A partir da análise do conjunto documental, foi constatada a ação truculenta por parte dos agentes do Estado. Como a área ocupada pelos *Aikewara* era concomitante ao local onde se desenrolou a guerrilha do Araguaia, eles acabaram envolvidos diretamente no conflito, contra sua vontade. Dentro dos relatos, fica clara a privação do direito de transitar livremente dentro de seu território, até mesmo para realizar a busca de alimentos.

Foram impedidos de realizar atividades cotidianas e os homens adultos da aldeia foram coagidos a servir de guias dentro da mata, pelo seu vasto conhecimento da região, por vários dias seguidos, muitas vezes sem alimentação adequada e dormindo no chão, em situações que não passariam dentro da aldeia. O pouco alimento que recebiam, não fazia parte de sua dieta regular e o terror psicológico criado a partir de ameaças se fazia presente.

Na aldeia a situação não desenrolava de forma muito diferente, nos relatos sempre são descritos os sons dos tiros dentro da mata. Ou seja, a todo tempo tinham medo da morte e foi criada uma situação de pânico. Suas residências foram queimadas, assim como as suas pequenas roças²⁴, pois o exército tinha como estratégia de combate aos guerrilheiros fazer com

que não conseguissem acesso a alimentos e nenhum meio de subsistência.

Ao divulgar o conteúdo dos processos, pretende-se facilitar o processo de construção da memória coletiva sobre o envolvimento dos *Aikewara*, de forma compulsiva, na guerrilha do Araguaia. Pois mesmo que os processos tenham sido deferidos e a reparação econômica tenha sido feita, o peso dessa experiência dentro do imaginário do grupo continua presente. Tanto que eles se referem ao período da guerrilha como “O tempo da guerra”.

Uma informação notável que surgiu no decorrer do trabalho foi o fato de alguns dos indígenas que serviram como mateiros terem sido levados para a base de Bacaba e lá terem tido contato com moradores da região que estavam sendo interrogados ou torturados. Ou seja, os dois grupos mais afetados pela ocupação militar na região tiveram suas histórias cruzadas em determinados momentos. No que diz respeito ao tratamento dos dois grupos, aparentemente, o tratado dado aos indígenas não incluiu os castigos físicos diretos, usados nos moradores durante os interrogatórios.

Como existem poucos trabalhos sobre o tema, mesmo que trabalhos antropológicos tenham sido desenvolvidos sobre o povo *Aikewara*, eles não têm como objetivo final descrever os ocorridos na Guerrilha do Araguaia, exceto o trabalho “O tempo da Guerra”. Por isso houve dificuldades em obter certas informações, mas foram compensadas pela presença de pesquisa fundamentada dentro do processo, pela qual se justifica e chegam ao voto pelo deferimento dentro da Comissão de Anistia.

Ademais, se apresenta como fundamental continuar desenvolvendo projetos a partir da perspectiva historiográfica, para além dos projetos antropológicos, ou até mesmo a produção de trabalhos interdisciplinares que tratem a questão da memória coletiva e da vivência dos diversos grupos indígenas atingidos pelo Regime Ditatorial instaurado a partir do ano de 1964 até 1988. Divulgar as informações sobre a temática, de forma que elas se encontrem mais acessíveis, também é uma necessidade.

Por fim, ficam constatadas as ações do exército contra o grupo *Aikewara*, as violações cometidas ao longo da ocupação do território indígena foram diversas e causaram traumas psicológicos, pois vai muito além de uma questão material. O esforço de contar sua história, partiu dos *Aikewara* e eles foram o primeiro grupo indígena a se articular e criar sua própria Comissão da Verdade e pelos meios que lhes foram fornecidos. A partir disso, protocolaram seus processos na Comissão de Anistia e obtiveram êxito em contar sua história. Contudo

²⁴ Camponeses também relatam a queimada de suas roças e casas, assim como interrogatórios e torturas durante o período.

ainda há de se intensificar o processo de difusão dessa história, para que ela não viva apenas na memória dos *Aikewara* e sim faça parte da memória coletiva do povo brasileiro.

FONTES

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66630

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66632

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66634

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66636

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66637

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66653

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66654

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66655

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.66656

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.68123

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2010.01.68196

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2013.01.72873

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2013.01.72875

BRASIL. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia** processo nº 2013.01.72876

BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito**, Araguaína, TO, 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. CNV, 2014. 976 p. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1, cap. 14, p. 680-725

_____. Comissão da Verdade. **Processo nº 2010.01.66630**. Brasília. DF. 2010.

_____. **Lei nº 10.559. 13 de novembro de 2002**. Regulamenta a Comissão de Anistia. Brasília/DF

_____. Ministério da Justiça. **Comissão de Anistia. Cartilha informativa da Comissão de Anistia** / organização de Kelen Meregali Model Ferreira et al. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010.

CALHEIROS, Orlando. 2014. **Aikewara, Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Orientador: Eduardo Batalha Viveiros de Castro), Rio de Janeiro

CARVALHO, Carlos. **O PCdoB durante a Ditadura: Duas importantes contribuições**. Projeto História. São Paulo (29) Tomo 2, p.527-552. Des.2004.

FERRAZ, I.; SURUI, W.; CALHEIROS, O.; SURUÍ, T. **“O tempo da guerra” – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia**. 1º Relatório da Comissão de verdade Suruí, fevereiro 2014

FERRAZ, Iara. Suruí. In: RICARDO, Carlos Alberto (Coord.). **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: CEDI, 1985. p. 100-25. (v. 8 II-Sudeste do Pará/Tocantins)

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Varia hist., Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, junho 2012.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5 ed. rev. e ampl., São Paulo, Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp, São Paulo, 2003.

MATTA, Roberto da. **Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no Médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 208 p. (Estudos Brasileiros, 35).

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa-ômega, São Paulo, 1979.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set. Dez. 2011.

POLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. nº 3.1989, p.3-15.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, Unesp, 1993.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil - PC do B: **Propostas teóricas e prática política - 1962-1976**. Dissertação de mestrado, Campinas/ SP, IFCH-UNICAMP, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.